



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - DEC
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

**O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE: CONTRIBUIÇÕES
PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS DO
CAMPO**

LÚCIO DE ALCANTARA MENEZES

JOÃO PESSOA

2023

LÚCIO DE ALCANTARA MENEZES

**O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE: CONTRIBUIÇÕES
PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS DO
CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia à banca examinadora no Curso Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Alexandre de Lima

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M543p Menezes, Lúcio de Alcântara.

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE:
contribuições para construção de uma gestão democrática
nas escolas do campo / Lúcio de Alcântara Menezes. -
João Pessoa, 2023.
42 f.

Orientação: Francisca Alexandre de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia - área de aprofundamento em Educação do
Campo) - UFPB/CE.

1. Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. 2.
Gestão democrática - escola pública. 3. Participação
popular. I. Lima, Francisca Alexandre de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.07(043.2)

LÚCIO DE ALCANTARA MENEZES

**O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE: CONTRIBUIÇÕES
PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS DO
CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia com Área de aprofundamento em Educação do Campo.

RESULTADO: Aprovado NOTA: 10,0

João Pessoa, 19 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA ALEXANDRE DE LIMA
Data: 04/07/2023 16:25:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Francisca Alexandre de Lima

UFPB (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 ALINE BARBOZA DE LIMA
Data: 04/07/2023 16:53:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Aline Barboza de Lima

UFPB (Examinadora convidada)

Documento assinado digitalmente
 ANA PAULA ROMÃO DE SOUZA FERREIRA
Data: 05/07/2023 12:20:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

UFPB (Examinadora convidada)

Este estudo é dedicado a Deus, Toda honra e glória, ao meu pai Severino e minha mãe Maria Lúcia (*in memoriam*) e a todos aqueles que direta e indiretamente me incentivaram a concluir este TCC.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao meu Deus por todo cuidado, sabedoria e amor incondicional durante toda minha trajetória acadêmica e de vida até aqui, também pela oportunidade de finalizar mais um ciclo, glórias a Ti Senhor!!

Quero agradecer a todos familiares, principalmente ao meu pai Severino e minha mãe Maria Lúcia (in memoriam), por todo exemplo, cuidado e ensinamentos de vida, aos meus irmãos e demais familiares pelo apoio, carinho e paciência, meu muito obrigado, amo vocês.

Quero agradecer também aos meus amigos do Curso de Pedagogia do Campo da UFPB, pelo incentivo e apoio, sentirei saudades dos bons momentos vividos com vocês nos corredores desta Instituição de ensino. Também gostaria de agradecer e dizer meu muito obrigado a todos os Docentes do Curso de Pedagogia com Aprofundamento em Educação do Campo - pelos ensinamentos, pela atenção e dedicação. Agradecer ainda a minha Orientadora e Professora do Curso de Pedagogia em Educação do Campo, Profa. Dra. Francisca Alexandre de Lima, por toda dedicação e atenção especial prestado a mim e por todas as palavras de incentivo, desejo que continues sendo sempre inspiração e exemplo para seus alunos.

Por fim, agradecer a todos que de certa forma contribuíram para que eu pudesse finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso, minha eterna Gratidão.

“Muitas são, Senhor meu Deus, as maravilhas que tens operado para conosco, e os teus pensamentos não se podem contar diante de ti; se eu os quisera anunciar, e deles falar, são mais do que se podem contar”
Salmos 40,5.

RESUMO

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE é uma ferramenta importante na construção da gestão democrática das escolas públicas, pois implica na participação da comunidade escolar na tomada de decisões e na construção de políticas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação, tornando-se prática educativa. Nesse sentido, analisar como o desenvolvimento e a prestação de contas do PDDE numa escola pública, campesina, pode contribuir para a construção da gestão democráticas tornou-se nosso objeto de pesquisa. O estudo tem como local de pesquisa a Escola Municipal Antônio Santos Coelho Neto, localizada na região da praia da Penha, na cidade de João Pessoa-PB, onde buscou-se analisar como a gestão do PDDE pode contribuir para a construção da gestão democrática. Nos objetivos específicos buscou-se: traçar um perfil dos membros da Unidade Executora - (UEx); analisar a relação, participação e autonomia dos membros da UEx na execução e prestação de cotas do PDDE (durante os meses de março e abril de 2023), e refletir, criticamente, como eles realizam a prestação de contas do Programa à comunidade escolar. Em termos metodológicos, para construção de dados, trabalhou-se com as técnicas de pesquisa, entrevista e análise documental, dentro de uma abordagem qualitativa. Na compreensão teórica dos termos, realizou-se leituras de textos legais e estudo bibliográfico de teóricos como: Caldart (2008), Arroyo (2004), Lima (2011), Silva (2016) entre outros, que possibilitaram reflexões críticas acerca de políticas públicas, PDDE e gestão democrática. Concluímos que a adesão, execução e prestação de contas na Escola campo da pesquisa tem contribuído para construção de gestão democrática, ainda que se apresente alguns entraves na autonomia e participação dos membros da UEx. Constatamos, também, a necessidade de capacitação para os membros da UEx para melhoria dos processos de tomadas de decisão, considerando a demanda e alternância dos partícipes nos processos de tomada de decisão.

Palavras-chave: Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE; Gestão democrática na escola pública; participação popular; processos de tomada de decisão.

ABSTRACT

The Direct Money at School Program - PDDE is an important tool in the construction of the democratic management of public schools that implies the participation of the school community in decision-making and in the construction of policies and strategies to improve the quality of education, becoming a practical educational. In this sense, analyzing how the development and accountability of the PDDE in a public, rural school can contribute to the construction of democratic management has become our object of study. The study has as research site the Antônio Santos Coelho Neto Municipal School, located in the Penha beach region, in the city of João Pessoa-PB, where was searched analyze how the management of the PDDE can contribute to the construction of democratic management. In the specific objectives wanted: draw a profile of the members of the Executing Unit - (UEx); analyze the relationship, participation and autonomy of UEx members in the execution and accountability of the PDDE (during the months of March and April 2023), and critically reflect how they perform the accountability of the Program to the school community. In methodological terms, for data construction, research, interview and document analysis techniques used, within a qualitative approach. In the theoretical understanding of the terms, readings of legal texts and a bibliographical study of theorists such as: Caldart (2008), Arroyo (2004), Lima (2011), Silva (2016) between others that enabled critical reflections about public policies, PDDE and democratic management. We conclude that adherence, execution and accountability in the School field of research has contributed to the construction of democratic management, even though there are some obstacles to the autonomy and participation of UEx members. We also noticed the need for training for UEx members to improve decision-making processes, considering the demand and rotation of participants.

Keywords: Direct Money at School Program; Democratic management in public school; popular participation; decision-making processes.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Instrumentos legais que dispõem de forma direta na colocação prática da Educação no Campo.	23
-------------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CACS	Conselho de Acompanhamento e Controle Social
EC	Educação do Campo
EEx	Entidades Executoras
EM	Entidades Mantenedoras
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONACAMPO	Programa Nacional de Apoio à Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SIGEF	Sistema de Gestão de Conselhos e Fundos
SIGPC	Sistema de Gestão de Conselhos e de Prestação de Contas
UEx	Unidades Executoras Próprias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	15
2.1 Lócus da Pesquisa.....	16
3 ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	18
3.1 Educação do Campo: reflexões iniciais, conceitos, definições e especificidades.....	18
3.2 Educação do Campo e as Políticas Públicas	21
3.3 A Gestão Democrática nas Escolas Públicas do campo.....	25
3.4 O PDDE: adesão, execução, prestação de contas e importância na Gestão das Escolas Municipais.....	27
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	31
4.1. O discurso do presidente da UEx.....	31
4.2. O discurso da secretária da UEx.....	32
4.3 Contribuições do PDDE para Construção da Gestão Democrática na Escola.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE A – Questões norteadoras	41
ANEXO -- Folha de aprovação.....	42

1 INTRODUÇÃO

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE é uma ferramenta importante na construção da gestão democrática das escolas públicas, pois possibilita a participação da comunidade escolar na tomada de decisões sobre a utilização dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, estimula a transparência na gestão dos recursos públicos e contribui para a melhoria da qualidade da educação.

Sabe-se que a gestão democrática é princípio essencial na educação brasileira, prevista na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e no Plano Nacional de Educação. Implica na participação da comunidade escolar na tomada de decisões e na construção de políticas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação, tornando-se prática educativa.

Dessa forma, o PDDE é um “importante ferramenta para a promoção da gestão democrática nas escolas públicas brasileiras, pois permite a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, de forma coletiva, sobre o uso dos recursos e na definição das prioridades de investimento” (PAIVA; RIBEIRO, 2008. p. 12).

Pensar a gestão das escolas do campo é considerar a complexidade que é “gerenciar” o ensino e a aprendizagem de povos que exigem ações teóricas e metodológicas específicas, mas que, ao longo da história, têm sofrido ameaças na continuidade de políticas públicas.

Por outro lado, pensar e desenvolver a gestão das escolas do campo, na perspectiva democrática, contribui para o desenvolvimento de práticas educativas que fornecem elementos significativos para a melhoria da participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, e a garantia de recursos financeiros para as escolas pelo poder público.

Nesse sentido, analisar como o desenvolvimento e a prestação de contas do PDDE numa escola pública, campesina, pode contribuir para a construção da gestão democráticas tornou-se nosso objeto de estudo.

A escolha desse objeto de pesquisa surgiu a partir de diálogos no componente curricular do curso de Pedagogia do campo, “Gestão de processos educativos em escolas do campo”, e se prolongou quando realizei o Estágio Supervisionado V (em gestão). Durante as interações com a escola campo do estágio pude observar algumas reuniões que tratavam, especificamente, de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, tratava-se, porém do PDDE.

As minhas inquietações acerca da execução do PDDE, me levaram a pensar como a comunidade escolar toma decisão para utilização dos recursos? Tais decisões são de forma

autônoma? Em que circunstâncias o Programa contribui para práticas educativas de uma gestão democrática?

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral: analisar como a gestão do PDDE contribui para a construção da gestão democrática na escola do campo. Em termos de objetivos específicos, traçou-se um perfil dos membros da Unidade Executora - (UEX); analisou-se a relação, participação e autonomia dos membros da UEX na execução do PDDE do ano de 2023 (durante os meses de março e abril), e como estes aplicam os recursos e realizam a prestação de contas do Programa à comunidade escolar.

A escola escolhida para nossas interações na construção de dados da pesquisa foi a E.M.E.F. Antônio Santos Coelho Neto. Localizada no perímetro urbano, no território da Praia da Penha, no município de João Pessoa-PB, mas que recebe alunos filhos de pescadores artesanais da cidade de João Pessoa-PB, portanto, com alguns traços de identidade de educação do campo, como também possui todos os aspectos legais para nossa construção de dados, a citar: Projeto Político Pedagógico, Estatuto Social, Unidade Executora Própria (UEX) e Conselho Escolar.

O percurso metodológico da pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória, descritiva e de campo. Para construção de dados, trabalhamos com a entrevista estruturada, a partir de um roteiro-guia e a análise documental, possibilitando, desse modo, refletir como se dá a participação dos membros da UEX na tomada de decisão e autonomia destes na gestão dos recursos do PDDE na escola pesquisada.

Para fundamentar a base teórica desta pesquisa, fizemos um estudo bibliográfico a partir de: Caldart (2008), Arroyo (2004), Lima (2011), Silva (2016) e outros. Além de análise em documentos oficiais, como a LDBEN e a resolução nº 15 de 16 de setembro de 2021 que é responsável por estabelecer normas e procedimentos para a adesão, execução e prestação de contas do PDDE.

Nesse sentido, entendemos que o estudo é de grande relevância na construção do conhecimento científico, pois traz elementos significativos sobre a gestão das escolas do campo, a temática Gestão do PDDE, que possibilita a participação da comunidade escolar na tomada de decisões sobre a utilização dos recursos, estimula a transparência na gestão dos recursos públicos e contribui para a melhoria da qualidade da educação na construção da gestão democrática.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa dispõe de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, descritiva e de campo. Segundo Minayo (1994) “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Uma pesquisa com abordagem qualitativa consiste na análise humana das vivências e seus meios, dessa forma, a pesquisa consiste em trabalhar dados com base na realidade dos sujeitos e suas experiências.

Ao realizar a pesquisa de campo, utilizamos duas técnicas para a construção de dados: uma foi a análise documental, e a outra a entrevista estruturada a partir de um roteiro, realizada com o gestor da escola, membros da UEx e representantes do conselho escolar, cujas perguntas nortearam a construção de dados: A Escola recebe recursos do PDDE? Existe na Escola uma UEx? Quantos Membros tem a UEx na Escola? Esses Membros são representantes de alguma categoria ou não? Como eles foram escolhidos e a Quanto tempo eles estão no Mandato? Como se realizam as reuniões da UEx? O que se discute nas reuniões da UEx? Quem toma as decisões nessas reuniões de UEx? Na sua opinião o Programa Dinheiro Direto na Escola possibilita a autonomia administrativa e financeira da Escola?

Esses elementos possibilitaram a construção de saberes, e dialogaram entre o regimento de documentos oficiais e a realidade administrativa dos recursos do PDDE na escola pesquisada, considerando o objetivo da pesquisa que é o de analisar a gestão do PDDE e sua contribuição na construção da gestão democrática na escola.

De acordo com Minayo (2001, p. 57)

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

No que tange à análise documental, Cellard (2008) argumenta que

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Além dessas duas técnicas, como forma de produção e socialização de conhecimentos no fazer pedagógico, realizamos também uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão.

Em síntese, vale ressaltar que a Análise Documental e a Entrevista, numa perspectiva qualitativa, forneceram elementos significativos na construção, análise e interpretação dos dados.

2.1 Lócus da Pesquisa

A Escola Antônio Santos Coelho Neto foi a escolhida como lócus da pesquisa. É uma instituição de ensino da rede municipal de João Pessoa, localizada na “Comunidade Praia da Penha”, atende da Educação Infantil ao Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), dispondo ainda da oferta de Educação para Jovens e Adultos. O Território no qual está inserida a escola há uma forte presença de tendências religiosas devido a sua aproximação com um santuário religioso (católico), e ponto turístico local bastante visitado na capital paraibana, que é a Igreja de Nossa Senhora da Penha. Por outro lado, há uma valorização das diferentes culturas existentes na comunidade.

A “comunidade da Penha”, hoje, mostra-se como uma das poucas comunidades tradicionais que permanecem em seu local de origem, preservando algumas identidades culturais próprias como, por exemplo, a pesca tradicional, e uma culinária rica e singular.

A escola foi escolhida como local da pesquisa por estar situada em área urbana, porém com alguns traços de identidade de educação do campo, haja vista que atende crianças, filhos e filhas de pescadores artesanais da Praia da Penha e adjacências, além de possuir todos os documentos e instâncias colegiadas próprias da comunidade escolar que podem contribuir para uma gestão democrática, a saber: Projeto Político Pedagógico, Estatuto Social, Unidade Executora Própria (UEX) e Conselho Escolar.

Molina esclarece que Escola do campo “é aquela situada em área rural, conforme definida pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”. (Caldart, Pereira, Alentejano e Frigotto, 2012).

Desse modo, a escola campo da pesquisa é uma escola urbana, que atende, prioritariamente, alunos do campo. Daí o nosso interesse, considerando que o curso o qual estou matriculado forma o pedagogo/professor para atuar também em escolas do campo. A escola possui em sua estrutura organizacional a Unidade Executora Própria (UEX), que é responsável por receber e gerir os recursos oriundos do FNDE e outros órgãos. Caracteriza-se como uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de acordo com Santos (2006) pode ser considerada um instrumento primordial para que se efetivasse a gestão democrática e para se garantir o êxito da política de descentralização. (SANTOS, 2006, p. 317).

Assim, estudar como a gestão do PDDE contribui para a gestão democrática traz elementos significativos para a construção do conhecimento científico, especialmente porque são poucos os estudos sobre a gestão das escolas do campo.

Figura 1. Santuário da Igreja da Penha



Arquivo pessoal

Figura 2. Área interna da EMEF Antônio Santos Coelho Neto



Arquivo pessoal

3 ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

3.1 Educação do Campo: reflexões iniciais, conceitos, definições e especificidades.

A Educação do Campo (EC) é um conceito amplo que envolve diferentes perspectivas e abordagens, mas que pode ser compreendido como uma educação que considera as especificidades e as demandas dos sujeitos do campo e suas práticas buscando considerar as particularidades do campo e a diversidade cultural dos seus sujeitos. Portanto a Educação do Campo tem se constituído como uma das estratégias que pode provocar transformações significativas no meio rural brasileiro porque resgata não só o espaço da produção, mas resgata todo um espaço de relações sociais, culturais e a relação com a natureza.

Diversos especialistas têm se dedicado a discutir e aprofundar a compreensão sobre esse tema, produzindo conceitos e definições relevantes.

Caldart (2000, p. 21) define a Educação do Campo como "uma concepção de educação que se realiza no campo, a partir das especificidades dos sujeitos e das lutas políticas dos movimentos sociais com educação contextualizada e crítica, que reconhece a diversidade cultural e as identidades dos sujeitos do campo".

A Educação do Campo se identifica com seus sujeitos e com suas especificidades, portanto é importante pensar o campo como espaço de vida digna e de protagonismo, desse modo é importante fomentar políticas públicas específicas que promovam um projeto educativo próprio para os sujeitos do campo.

Arroyo (2004, p. 26), por sua vez, a define como uma "educação específica e diferenciada que precisa levar em conta o ambiente rural, o modo de vida, as atividades econômicas, a vida comunitária e a luta política dos movimentos sociais". Continuando na mesma ótica do autor, a Educação do Campo parte das especificidades do campo e das populações que nele vivem, valorizando a cultura e as tradições locais, destacando que "a Educação do Campo é uma estratégia de sobrevivência e de luta social das populações rurais" (2004, p. 28) sendo uma prática que visa atender às necessidades e demandas das povos do campo, contribuindo para a promoção da sua identidade cultural e para a defesa dos seus direitos.

Enquanto Gadotti (2009, p. 17) concebe a Educação do Campo como "uma educação que leva em conta a realidade e a história do campo, sua cultura, sua economia e suas lutas sociais", o autor enfatiza a importância de uma educação que valorize as especificidades do campo e promova a participação e o diálogo com as comunidades camponesas.

É importante dentro desse contexto trazer uma breve discussão a respeito da diferença entre Educação Rural e Educação do Campo.

Percebe-se que hoje em dia em muitas cidades brasileiras a educação oferecida no campo é pautada ainda em uma Educação rural, ou seja, em uma educação que não costuma levar em consideração as especificidades dos sujeitos do campo, sua identidade e seus costumes. A Educação rural tem até uma relação com o campo, mas é uma relação distorcida haja vista que a metodologia utilizada é a mesma adotada nas escolas urbanas, o que não condiz com a realidade dos povos do campo. A Educação do Campo vai na contramão da Educação rural, pois é a educação que procura valorizar a identidade dos sujeitos do campo e respeita as características e costumes dessa população.

Santos e Miranda (2017, p. 134) afirmam que “Quando se discute a Educação rural, é colocado em questão o paradigma do capitalismo agrário”. Entende-se então que o campo sob o viés da educação rural se insere dentro de um contexto mercadológico do agronegócio, onde o interesse maior é a obtenção do capital a partir da exploração da terra, consequentemente os sujeitos do campo nesse aspecto acabam sendo relegados a um segundo plano.

Assim, a Educação rural não valoriza os sujeitos do campo, seu modo de vida e nem tão pouco respeita a relação destes com o meio rural que é seu meio de vida, de trabalho e de subsistência, mas estimula uma visão preconceituosa em relação a essas pessoas.

Já a Educação do Campo foi concebida a partir das demandas dos movimentos sociais do campo que através de muitas lutas e discussões conseguiram implementar políticas educacionais específicas para os sujeitos do campo, contribuindo de certa forma para melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Portanto, a Educação do Campo deve fomentar os valores, os costumes, a cultura, a produção, o modo de vida dos sujeitos do campo, contribuindo para construção de um paradigma de educação “no” e “do” campo próprio e específico para os povos do campo.

Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", Freire (2005) apresenta um modelo de educação baseado na dialogicidade e no respeito às experiências e saberes dos educandos que busca promover a consciência crítica e a participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento, contribuindo para a construção de uma concepção crítica e emancipatória dos sujeitos do campo, que valoriza as especificidades desses povos e promova uma educação contextualizada, interdisciplinar e voltada para a transformação social.

Caldart (2008), defende uma educação que leve em conta as especificidades dos sujeitos do campo e valorize seus saberes e práticas locais, promovendo uma abordagem interdisciplinar e crítica necessárias para a sua consolidação. Por sua vez, Fernandes (2008),

destaca a importância da EC para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país.

Essas definições apontam para a necessidade de uma Educação do Campo que seja contextualizada, crítica, específica e diferenciada, e que leve em conta as particularidades do campo e as lutas sociais dos movimentos rurais.

Essas características têm sido fundamentais para a construção de uma educação que valorize as identidades e culturas dos sujeitos do campo e contribua para a transformação social.

As bases da educação no campo são fundamentadas em uma perspectiva crítica, emancipatória e contextualizada, que considera as especificidades das populações rurais e valoriza seus saberes e práticas locais.

Segundo Caldart (2008), as bases da educação no campo deve ser um direito garantido pelo Estado, com Políticas Públicas específicas para atender às necessidades das populações rurais; ela deve ser contextualizada, valorizando os saberes e práticas locais, e promovendo a reflexão crítica sobre as questões sociais, econômicas e culturais do campo; é um processo coletivo, envolvendo diferentes atores locais na construção do conhecimento; deve adotar uma abordagem interdisciplinar, integrando diversas áreas do conhecimento; além disso, deve ser crítica e emancipatória, formando sujeitos conscientes e capazes de transformar a sociedade.

Gadotti (2009), entende que a EC deve ser pensada a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória, que permita aos estudantes compreender as realidades em que vivem e atuar de forma transformadora em suas comunidades.

A Educação do Campo tem o potencial de contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, promovendo a valorização das identidades e culturas dos sujeitos do campo e contribuindo para a superação das desigualdades sociais. Essas reflexões demonstram a importância do ensino no campo como uma ferramenta para a promoção da justiça social, da cidadania, da autonomia e do desenvolvimento sustentável.

Por ser uma prática educativa que visa atender às especificidades dos sujeitos do campo, a EC tem se mostrado fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável e da transformação social no campo, pois de certa forma contribui para fomentar a cidadania, autonomia e emancipação desses sujeitos. Diversos autores têm destacado a importância da Educação do Campo como uma ferramenta para o fortalecimento das lutas sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Caldart (2009, p. 19) afirma que "a Educação do Campo é uma das principais formas de resistência e luta contra a exclusão e a opressão no campo".

Nesse sentido, é fundamental que a Educação do Campo esteja pautada em uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, que promova a utilização racional e equilibrada dos recursos naturais e contribua para a melhoria das condições de vida dos sujeitos do campo.

Além disso, a Educação do Campo deve estar comprometida com a justiça social, garantindo o acesso aos direitos e à participação política dos sujeitos do campo, e contribuindo para a superação das desigualdades sociais e econômicas presentes no contexto rural brasileiro.

3.2 Educação do Campo e as Políticas Públicas

As reformas educacionais desenvolvidas na América Latina são frutos das Políticas neoliberais implementadas nos países europeus nas décadas de 1970 e 1980, a defesa pela participação dos diferentes segmentos para a contribuição das problemáticas sociais e educacionais foi uma das estratégias desenvolvidas para o alcance dos objetivos, nessa lógica, a educação se tornou o principal meio de construção dos ideais da sociedade (SILVA; SILVA; SANTOS, 2019).

Sobre as políticas neoliberais implantadas no Brasil na década de 1990 podemos afirmar que:

A partir da década de 1990, no Brasil, aconteceram algumas mudanças nas quais ocasionaram um novo modelo de sociedade por meio da concepção política do neoliberalismo. O modelo neoliberal tem como princípio possibilitar que as pessoas tenham autonomia para desenvolverem suas atividades educativas, de saúde e de lazer sem o auxílio do Estado, pois até então havia uma defesa de que o Estado seria o provedor das ações básicas para os cidadãos. Após a implantação das políticas neoliberais no contexto brasileiro, muitas rupturas aconteceram, mudando as ações dos cidadãos no cenário político e social no Brasil (SILVA, SILVA, SANTOS, 2018 s.p.).

Segundo Caldart (2015) e Freitas (2014), as Políticas Públicas têm um papel fundamental no desenvolvimento da Educação do Campo, uma vez que são responsáveis por garantir o acesso e a qualidade da educação para as populações rurais. É através das Políticas Públicas que se pode garantir o acesso à escola, a formação de professores, a oferta de recursos e materiais didáticos adequados, e a promoção da gestão democrática nas escolas do campo.

As concepções de Freitas (2014) e de Ribeiro (2016) evidenciam que as Políticas Educacionais desenvolvidas para a construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são propícias ao empobrecimento da Educação Pública democrática, inclusiva e de boa qualidade, uma vez que a exclusão de saberes e de alguns estudantes se dá no contexto

de vivência dos amontoados de testes e treinamentos para a realização das provas. Essa crítica sugere que a ênfase na obtenção de resultados no IDEB pode incentivar uma educação mais superficial, voltada para a reprodução de conteúdo específicos das provas, em vez de promover uma formação mais abrangente e significativa para os estudantes. Isso pode contribuir para o empobrecimento da educação, limitando o acesso a conhecimentos diversos e negligenciando as necessidades individuais dos alunos.

Outro fator refere-se à dimensão da pressão aos professores por resultados satisfatórios, “ou quando o seu salário está associado ao sucesso da criança nas provas da avaliação externa, ela interfere irremediavelmente nesta relação e sela o destino da criança” (FREITAS, 2014, p. 1097).

Entre as Políticas Públicas voltadas para a Educação do Campo no Brasil, algumas das principais, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (BRASIL, 2001), criado em 1998, tem como objetivo garantir o acesso à educação para trabalhadores rurais assentados ou acampados da Reforma Agrária.

Outra base forte é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2014), tem como objetivo garantir a alimentação escolar de qualidade para os estudantes da educação básica, incluindo as escolas do campo. Em conjunto, comunga o Programa Nacional de Apoio à Educação do Campo (PRONACAMPO) criado em 2005, tem como objetivo garantir o acesso à educação de qualidade para as populações do campo, por meio do financiamento de ações pedagógicas e da formação de professores (BRASIL, 2013).

O PRONERA foi concebido para estimular o desenvolvimento de projetos educacionais direcionados aos sujeitos que residem nas áreas de assentamentos rurais através da oferta de cursos nas mais diversas modalidades de ensino, com o intuito de assegurar a todos os camponeses o direito à educação em todos os níveis, desde o ensino básico até a Universidade.

O programa foi implementado em diferentes gestões presidenciais no Brasil, incluindo Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Durante o governo de Dilma e de Lula, basicamente entre os anos 2003 e 2014, ampliou-se a legislação para o financiamento da política de educação do campo no Brasil, dobrando os recursos do PRONERA, sendo inquestionável a ampliação dos povos do campo na educação superior com a implantação de políticas, como o PRONACAMPO e o Procampo.

Na gestão do governo Bolsonaro, o PRONERA não recebeu ênfases significativas e medidas foram adotadas para promover o desmonte da educação no campo, de modo que o PRONERA teve sua atuação quase paralisada, além da extinção de organismo vitais para a

manutenção da Educação do Campo no Brasil (SANTOS, 2019). Foi assim com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), Além, da extinção da Coordenação Geral de Educação do Campo no INCRA, impondo assim a paralisação quase que total do Programa.

No entanto, com a volta do governo do Lula, a expectativa é que o PRONERA ganhe novo fôlego e volte a ter a mesma atenção de antes do governo Bolsonaro, buscando assegurar a manutenção e implementação de políticas públicas que promovam a autonomia, a cidadania e o protagonismo dos sujeitos do campo.

É importante ressaltar que essas informações são uma visão geral e simplificada e que as políticas podem variar ao longo do tempo e em diferentes regiões do país. Dentre elas temos as algumas leis que alicerçaram a Educação no campo (Tabela 1).

Tabela. Instrumentos legais que dispõem de forma direta na colocação prática da Educação no Campo.

INSTRUÇÃO NORMATIVA	DEFINIÇÃO
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
BRASIL. Decreto nº 3.887, de 25 de agosto de 2001	Regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, instituído pelo Decreto nº 1.362, de 05 de dezembro de 1994. Brasília: Presidência da República, 2001.
BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: Presidência da República, 2009.
BRASIL, Resolução nº 36 de 21 de agosto de 2012	Destina recursos financeiros a escolas públicas municipais, estaduais e distritais, localizadas no campo.
BRASIL. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2013.
BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010	Regulamenta o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. Brasília: Presidência da República, 2010.
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014.

Fonte: Autor, 2023.

Convém esclarecer que as Políticas devem ser pensadas de forma a contemplar as especificidades do contexto rural, considerando as particularidades das populações, das culturas

e dos territórios do campo. Nesse sentido, as políticas precisam ser construídas de forma participativa, envolvendo os sujeitos do campo e suas organizações, a fim de garantir que as políticas implementadas atendam efetivamente às demandas e necessidades das populações rurais.

Assim, a Educação do campo e as Políticas Públicas estão intimamente ligadas, uma vez que a construção de Políticas Educacionais para o campo é fundamental para a garantia do acesso, permanência e qualidade da educação para as populações rurais, contribuindo para a promoção da cidadania e da inclusão social no campo.

As Políticas Públicas voltadas para a EC têm se mostrado essenciais para a melhoria da qualidade da educação nas áreas rurais. A educação do campo vai além da melhoria física das escolas e qualificação dos professores, requerendo um currículo que reflita a vida e valores da população rural, para promover o desenvolvimento do meio rural (INEP, 2007).

Nessa lógica, o IDEB, em nosso país, tornou-se o principal diagnóstico técnico-quantitativo da educação básica, no quesito qualidade. Porém, ele é frágil e ainda não é capaz de contar tudo. Não é capaz de contar as condições de trabalho, de ensino e de aprendizagem que os professores e gestores operam, nem é capaz de compreender de fato a qualidade do ensino da instituição, dadas as suas limitações (RIBEIRO, 2016).

Segundo Sérgio Haddad (2012) a luta pela Educação do Campo deve estar vinculada à luta por Políticas Públicas que atendam às demandas e necessidades das populações rurais. Isso implica em garantir o acesso à educação pública e de qualidade para todos os sujeitos do campo, em todos os níveis de ensino.

Para que isso aconteça, é preciso que as Políticas Públicas sejam elaboradas a partir de um diálogo constante com as comunidades rurais, levando em consideração suas especificidades, demandas e saberes locais. Além disso, é importante que as Políticas Públicas garantam o acesso a recursos e meios necessários para o desenvolvimento de práticas educativas contextualizadas e sustentáveis no campo.

Nesse sentido, a Educação do Campo pode contribuir para o fortalecimento das Políticas Públicas, ao fomentar a participação das comunidades rurais no processo de elaboração e implementação das políticas educacionais, e ao desenvolver práticas pedagógicas que valorizem os saberes locais e contribuam para a construção de uma educação mais justa e igualitária.

Portanto, a relação entre Educação do Campo e Políticas Públicas é fundamental para a promoção do direito à educação e para o fortalecimento da Educação do Campo como política pública comprometida com a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

3.3 A Gestão Democrática nas Escolas Públicas do campo

De acordo com Silva (2016, p. 4)

A gestão democrática no Brasil foi institucionalizada como um princípio legal – regra básica adotada pelas legislações a serem vivenciadas tanto pela população como pelos governantes – através da Constituição Brasileira no ano de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, onde reza que essa nova forma administrativa escolar será ministrada no ensino público, na forma da lei. Ela passou-se despercebida até o início dos anos noventa, década cujo debate sobre o assunto ampliou-se e legitimou-se em leis, planos e normas. Foi no início nos anos 1990 que as discussões sobre o novo modelo de gestão nas escolas ganharam força. Foram criados diversos eventos (de fóruns, congressos, seminários e outros) em todo o país, no sentido de reivindicar e esclarecer o modelo almejado de gestão. As discussões levaram o texto à terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96) que seguindo a Constituição Nacional, legaliza e regula a gestão democrática como princípio a ser seguido em todas as escolas das redes públicas no Brasil.

Nas palavras do autor entende-se que a gestão democrática, aliada às Políticas Públicas adequadas, podem contribuir para a melhoria da gestão das escolas públicas. Pode também contribuir para a criação de escolas do campo mais inclusivas e acolhedoras, que valorizam a cultura e a identidade camponesa, promovendo a educação crítica e emancipatória.

A gestão das escolas do campo parece ser ainda mais precária, quando, geralmente, algumas decisões de alguns gestores municipais são tomados levando-se em consideração aspectos políticos e não técnicos e pedagógicos. Sabe-se, porém, que tais práticas têm contribuído para o não envolvimento dos profissionais (professores, funcionários, pais, alunos) nas práticas educativas da escola, sobretudo, aquelas que envolvem a participação nos Conselhos.

Por isso pensar a gestão das escolas do campo requer o envolvimento e participação ativa nos processos da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão. Para Apple e Beane (2001, p. 23) “os educadores comprometidos com a democracia entendem que as fontes de desigualdade na escola provavelmente serão encontradas também na comunidade”.

Nesse sentido, pensar a gestão democrática nas escolas do campo é pensar a gestão democrática em grande escala, estendida à sociedade.

Assim, a qualidade da gestão das escolas do campo exige renovação de muitas práticas pedagógicas. Tal qualidade não pode ser alcançada se se trabalha dentro de uma perspectiva tradicional de ensino, uma formação puramente intelectual e moral, que tem gerado uma sociedade excludente, sem preocupação com o convívio em sociedade.

Para Fonseca (2019), “a sociedade brasileira luta pela democracia, mas sempre cumpriu papel hierárquico, mesmo que as mídias, os veículos de comunicação e a política apontassem para ações igualdades baseadas no direito à igualdade” (FONSECA, 2019a, p. 11).

As políticas públicas voltadas para a educação do campo devem levar em consideração as especificidades das áreas rurais e atender às demandas e necessidades da população que vive nesses locais. Além disso, é fundamental que haja uma gestão democrática no processo educativo do campo, permitindo a participação ativa da comunidade na definição das Políticas e práticas educacionais. Isso implica em uma gestão que valorize a participação das famílias e comunidades rurais na construção de um projeto educativo que contemple suas demandas e realidades, além de permitir que eles tenham voz e vez nas decisões relacionadas à educação.

Para que a gestão das escolas do campo seja efetivamente implementada, é necessário que haja Políticas Públicas que a apoiem e promovam condições adequadas para o desenvolvimento de práticas educativas nesse contexto. O que podemos perceber que as mudanças trazidas dentro da gestão democrática estão muito além, “requer mudanças de paradigmas que fundamentem a construção de uma Proposta Educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje vivenciamos. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comuns às organizações burocráticas.” (BORDIGNON, 2004. p. 147).

Nesse sentido, entendemos que o PDDE pode contribuir para o desenvolvimento da gestão democrática, pois trabalha com aos princípios da participação e autonomia dos seus membros nos conselhos, dando condições da comunidade escolar deixar florescer práticas educativas em outras instâncias da escola e da sociedade.

Uma escola que busca a gestão democrática deve lançar mão de uma série de instrumentos que levem a participação da comunidade escolar, instâncias fundamentais para o exercício democrático dentro do ambiente escolar e que deve abarcar dos atores que integram esse espaço. Esses mecanismos e a garantia que os diversos agentes tenham espaço no processo de organização e gestão da unidade escola. Nesse sentido, a escola e o sistema de ensino em que ela pertence deve garantir o acesso aos membros da comunidade escolar a essa instância educativas (FONSECA, 2019b).

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente (FREIRE, 1995. p. 30).

Desta forma, quando falamos em gestão democrática voltamos para o espaço escolar que seria o grande embrião no quais Professores, Profissionais de Educação, alunos e responsáveis, além de outros agentes, estabelecem espaço de discussão no cotidiano escolar. “Nesse sentido, a função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos, com

condições de participar criticamente do mundo do trabalho e de lutar pela democratização da educação em nosso país” (OLIVEIRA, 2007. p. 10)

3.4 O PDDE: adesão, execução, prestação de contas e importância na Gestão das Escolas Municipais

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo fornecer recursos financeiros diretamente às escolas públicas para investimentos em infraestrutura, materiais didáticos, formação de professores e outras atividades relacionadas ao ensino. Ao nosso ver, o PDDE tem uma grande importância na construção da gestão democrática das escolas municipais brasileiras.

Devido a necessidade de sistematizar, disciplinar e aperfeiçoar os procedimentos necessários aos repasses do PDDE e Ações Integradas, destinados às escolas beneficiárias, bem como as formas de execução desses recursos foi aprovada a resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, que estabelece normas e procedimentos para a adesão, execução e prestação de contas do PDDE.

A adesão ao programa é feita pelas escolas públicas da educação básica, que devem realizar o cadastramento no Sistema de Gestão de Conselhos e de Prestação de Contas (SIGPC) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As escolas cadastradas no SIGPC poderão apresentar projetos para solicitar recursos financeiros do PDDE (BRASIL, 2021).

A resolução define as modalidades de adesão ao PDDE, de acordo com o número de alunos matriculados na escola, e estabelece as responsabilidades dos gestores escolares na gestão dos recursos recebidos por intermédio de suas Entidades Executoras - EEx, Unidades Executoras Próprias - UEx e Entidades Mantenedoras - EM, assim definidas:

I - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia federal responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação - MEC, com o objetivo de alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos;

II - Entidade Executora - EEx, prefeituras municipais e secretarias estaduais e distrital de educação que representam unidades escolares públicas com até 50 (cinquenta) estudantes matriculados;

III - Unidade Executora Própria - UEx, organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de representar uma unidade escolar pública ou um consórcio de unidades escolares públicas, integrada por membros da comunidade escolar e comumente denominadas de caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras denominações;

IV - Entidade Mantenedora – EM, organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, representativa das escolas privadas de educação especial (BRASIL, 2021 n.p.).

Para que as escolas possam aderir ao PDDE e receber esses recursos, é necessário que elas cumpram alguns requisitos e sigam algumas orientações. Entre esses requisitos e orientações, podemos destacar o cadastro no Sistema de Gestão de Conselhos e Fundos (SIGEF) para que possam receber os recursos do PDDE; participação no Conselho Escolar em funcionamento e com participação ativa da comunidade escolar; elaboração de um Plano de Ação onde as escolas devem elaborar um plano de ação, com a definição das ações que serão desenvolvidas com os recursos do PDDE; prestação de contas dos recursos recebidos e comprovar a realização das ações previstas no Plano de Ação (BRASIL, 2023).

Para o PDDE no caso de consórcio de escolas, devem seguir as conformidades da Resolução nº 15/2021 (BRASIL, 2021).

Além desses requisitos e orientações, as escolas também devem estar atentas às datas e prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação para adesão ao programa e para a prestação de contas dos recursos recebidos.

A execução do programa ocorre por meio da transferência dos recursos financeiros diretamente para as escolas, que devem utilizá-los de acordo com o plano de ação apresentado no projeto aprovado pelo FNDE. A execução do programa é acompanhada pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) e pelo FNDE, que podem realizar fiscalizações nas escolas para verificar a correta aplicação dos recursos.

O Art. 5º resolve sobre o repasse de recursos do PDDE e Ações Integradas às escolas de que tratam o art. 3º desta Resolução.

Das Formas e Prazos da Execução dos Recursos

Seção I -Das Formas de Execução dos Recursos do PDDE e Ações Integradas.

Art. 19. As aquisições de materiais e bens e contratações de serviços com os repasses efetuados às custas do PDDE e Ações Integradas deverão ser realizadas pelas:

I - UEx e EM, mediante o levantamento e seleção das necessidades prioritárias, realização de pesquisa de preços, preferencialmente no mercado local, escolha da melhor proposta, aquisição e/ou contratação e guarda da documentação, conforme estabelecidos no "Guia de Orientações para Aquisição de Materiais e Bens e Contratação de Serviços" (BRASIL, 2021 n.p.).

A resolução também prevê os prazos para a prestação de contas, a fiscalização e a avaliação dos resultados alcançados pelas escolas beneficiárias do programa. Além disso, estabelece as penalidades em caso de irregularidades na aplicação dos recursos, que podem

incluir a devolução dos valores recebidos e a proibição de participar de novos programas governamentais.

A prestação de contas dos recursos do PDDE é feita pelas escolas por meio do SIGPC do FNDE, devendo ser realizada anualmente. As escolas devem comprovar a utilização dos recursos com a apresentação de notas fiscais, recibos e outros documentos que comprovem a realização das despesas previstas no plano de ação. As prestações de contas são analisadas pelo CACS e pelo FNDE, que podem aprovar ou rejeitar as contas apresentadas, conforme a análise de conformidade e legalidade dos gastos realizados debatido no Capítulo XIV- das prestações de contas.

Capítulo XIV- Das Prestações de Contas. Seção I. Do Conceito e Prazos de Prestação de Contas.

Art. 29. A prestação de contas consiste na comprovação pelas EEx, UEx e EM da execução dos recursos recebidos às custas do PDDE e das UEx e EM recebidos às custas das Ações Integradas, incluídos os saldos reprogramados de exercícios anteriores e os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, bem como do cumprimento dos objetos e objetivo do PDDE e Ações Integradas (BRASIL, 2021 n.p.).

Sobre prestações de contas das ações integradas, comunga-se que:

Art. 32. O encaminhamento das prestações de contas do PDDE e Ações Integradas deverá ser realizado:

I - Findo o exercício, as EEX deverão, junto as suas respectivas UEx, definir o prazo de recebimento das prestações de contas, observado a exigência prevista no inciso II deste artigo;

II - até 30 (trinta) de abril do ano subsequente ao da efetivação do crédito nas correspondentes contas correntes específicas das EEx e EM ao FNDE, por intermédio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SiGPC.

Parágrafo Único. Os saldos financeiros de exercícios anteriores, reprogramados na forma prevista no § 1º do art. 25 desta Resolução deverão ser objeto de prestação de contas pelas UEx, EM e EEx, na forma e nos prazos previstos nos incisos I a II deste artigo, devendo observar os normativos do Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SiGPC do FNDE (BRASIL, 2021 n.p.).

A gestão democrática é um princípio fundamental da educação brasileira, previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996.

A gestão democrática implica na participação da comunidade escolar na tomada de decisões e na construção de políticas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação.

A participação da comunidade escolar na elaboração do plano de aplicação dos recursos do PDDE contribui para a construção de uma cultura de transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, o que é fundamental para a melhoria da qualidade da educação (LIMA, 2011).

O conselho escolar é uma instância colegiada composta por representantes dos professores, dos funcionários, dos pais e dos alunos, e tem como função acompanhar e avaliar as atividades da escola, além de participar da definição de políticas e estratégias para a melhoria da qualidade do ensino. Com a participação do conselho escolar na elaboração e aprovação do plano de aplicação dos recursos do PDDE, a gestão da escola se torna mais democrática e participativa.

O PDDE é uma iniciativa relevante para a melhoria da qualidade da educação, pois possibilita o investimento em infraestrutura, materiais didáticos, formação de professores e outras ações que contribuem para o desenvolvimento das escolas públicas (CARVALHO, 2013).

Além disso, o PDDE também estimula a transparência na gestão dos recursos públicos, pois as escolas são obrigadas a prestar contas sobre como os recursos foram utilizados. A transparência na gestão dos recursos públicos é um princípio fundamental da administração pública e contribui para a melhoria da qualidade da educação, ao aumentar a responsabilidade dos gestores escolares.

Sendo importante para a construção da gestão democrática das escolas municipais brasileiras, o PDDE possibilita a participação da comunidade escolar na tomada de decisões sobre a utilização dos recursos, estimula a transparência na gestão dos recursos públicos e contribui para a melhoria da qualidade da educação. A implementação da gestão democrática nas escolas é um desafio constante para os gestores educacionais, e o PDDE pode ser uma ferramenta útil nesse processo.

Existem muitas questões a serem respondidas sobre o tema Gestão escolar, as mais amplas foram citadas por Peletti e Zanardini, (2013) e talvez sejam as mais importantes, que seriam, que sociedade que eu quero; que tipo e formação devem ter estes sujeitos para compor este tipo de sociedade; que tipo de escola deverá formar estes sujeitos que irão formar esta sociedade; que profissionais poderão proporcionar tal escola e; que concepções deve ter o gestor para dirigir esta escola?

A participação do conselho escolar na elaboração e aprovação do plano de aplicação dos recursos do PDDE é um exemplo de como o programa pode contribuir para a gestão democrática das escolas municipais brasileiras, entretanto, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma educação de qualidade para as populações rurais, como a falta de infraestrutura adequada, a carência de profissionais qualificados e a falta de políticas de valorização dos profissionais da educação do campo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentaremos as respostas dos sujeitos participantes da pesquisa, considerando a sequência do roteiro de entrevista. Na ordem das respostas, primeiro, apresentamos a entrevista realizada com o Presidente da UEX e, depois, com a Secretária da UEX.

No intuito de responder à questão inicial objeto de estudo sobre a gestão do PDDE na construção da gestão democrática, na escola do campo, desmembramos as perguntas básicas em outras, que se tornaram roteiro de entrevista, composto de oito questões, a saber: 1. A Escola recebe recursos do PDDE? 2. Existe na Escola uma UEx? 3. Quantos Membros tem a UEx na Escola? 4. Esses Membros são representantes de alguma categoria ou não? Como eles foram escolhidos e a Quanto tempo eles estão no Mandato? 5. Como se realizam as reuniões da UEx? 6. O que se discute nas reuniões da UEx? 7. Quem toma as decisões nessas reuniões de UEx? 8. Na sua opinião o Programa Dinheiro Direto na Escola possibilita a autonomia administrativa e financeira da Escola?

Assim responderam os sujeitos da pesquisa:

4.1. O discurso do presidente da UEx

1- “Sim, recebe recursos do PDDE básico e de outros programas”.

2- “Sim, temos uma UEx. É obrigatório para receber o recurso”.

3- “Tem 17 membros. A UEx é dividida em três estâncias: a diretoria, o conselho deliberativo e o conselho fiscal, com representantes de cada segmento, de professores, funcionários, gestão, pais de alunos, especialistas, alunos e comunidade”.

4- “Sim, a diretoria tem 4 representantes, presidente, vice-presidente, secretária e tesoureira; o conselho deliberativo, o presidente, representante dos professores, representante dos gestores, especialistas, representante dos funcionários, representante dos alunos e representante da comunidade; o conselho fiscal, representantes dos professores, dos pais e dos funcionários. O mandato iniciou agora, 17/04/2023 e foram escolhidos por meio de eleição através de votação”.

5- “A reunião da UEx teve uma agenda. Foi uma reunião extraordinária para aprovar o plano de execução e a próxima reunião está marcada para o próximo mês. Diz que nesse primeiro momento está se vendo como equipe e que está se inteirando mais sobre a UEx e quando surgir demandas, chama os membros com antecedência”.

6- “A reunião da UEX teve alguns pontos de pauta: o 1º foi a apresentação dos membros, quem eram os membros e para eles se conhecerem; o 2º momento foi uma breve introdução do

que é uma UEx de forma mais aprofundada através de slides e o 3º momento foi a apreciação e aprovação do plano de execução, fizemos alguns ajustes para encaminhar para à Secretaria de Educação”.

7- “Nessa reunião que teve a gente está exercitando isso, o fazer coletivo, onde os representantes de cada segmento possam trazer as suas demandas e prioridades. Fala que as demandas da escola pensadas de forma coletivamente ficam mais fáceis de se resolver”.

8- “Ainda não pode afirmar isso não, dizer que a escola é autônoma financeiramente tem muitos entraves para chegar até isso, até porque existe uma hierarquia. A escola tem certa autonomia. Dentro das muitas limitações algumas capacidades de escolhas... como escolher materiais de melhor qualidade nesse aspecto para benefício do aluno, porém o recurso é muito ínfimo diante dos problemas e das demandas que a escola tem”.

4. 2. O discurso da secretária da UEx

1- “Sim recebe. Não sei precisar quanto, mas recebe recursos do PDDE básico e recebe também recursos de outros projetos”.

2- “Sim, tem uma UEx”.

3- “Não sei dizer o número exato de pessoas, mas sei que preencheu todos os cargos. Tem o presidente, vice-presidente, o secretário, conselho fiscal e conselho deliberativo, teve eleição para todos os cargos”.

4- “Sim, são. Tem representante dos professores, tem representante dos alunos do 5º ano ao 9º ano, tem representante da comunidade, tem dos pais, e das especialistas. Ela atualmente está como secretária da UEx e do conselho escolar. Os membros da UEx foram escolhidos através de eleição de cédula mesmo, onde os mais votados de cada segmento compuseram a formação da UEx. Foi feito assim para dar mais visibilidade. Os membros estão há cerca de 2 meses no mandato e houve uma renovação”.

5- “Tem um calendário e os membros pretendem manter reuniões regulares, mas a qualquer tempo pode ser chamado uma reunião extraordinária. Esse ano, houve uma primeira reunião, que a escola já recebeu um valor e o presidente da UEx fez uma mobilização para que cada segmento dissesse assim cinco problemas e soluções considerando aquisições de materiais de custeio e capital e as prioridades”.

6- “A princípio a discussão geral o que tem de mais importante é a organização, por que teve a ata da eleição, já foi no cartório, já registrou a ata, já foi ao banco e tá nessa parte de liberar cheque e cartão porque tudo tem que ser novo a partir dessa nova configuração da UEx.

Diz que esse novo grupo o que mais desejam é dar uma maior atenção as prestações de contas e maior visibilidade a comunidade, é uma meta nossa”.

7- “Na UEx como ela é composta pelos segmentos, o cerne do conselho é uma decisão coletiva e é tanto que a reunião é para isso, as decisões são colocadas para votação, então é o coletivo que toma a decisão, esse é o sentido do conselho da UEx. Diz que no coletivo é bom porque tem vários olhares e cada segmento vai fazendo suas reflexões e destacando as prioridades”.

8- “Sim, possibilita inclusive a gente queria que até fosse mais para resolver outras coisas, mas como o valor é mínimo, então é a prioridade das prioridades”.

A partir da análise das respostas dos participantes da pesquisa pode-se refletir como se dá a participação dos membros da UEx na tomada de decisão e autonomia destes na gestão dos recursos do PDDE na escola pesquisada.

Inicialmente, identificou-se que a EMEF Antônio Santos Coelho Neto recebe sim recursos do PDDE básico, é também contemplada com outros programas do Governo Federal, de acordo com a fala do seguinte participe:

R- Sim, recebe recursos do PDDE básico e de outros programas. (Presidente UEx).

Em relação a questão nº 2, se “**Existe na escola uma UEx?**” identificamos que a escola pesquisada conta com uma Unidade Executora Própria (UEx), que é responsável pela execução e monitoramento dos recursos que chegam à escola, o mesmo esclarece ainda que é obrigatório a constituição de uma UEx para receber as verbas do PDDE.

R- Sim, temos uma UEx. É obrigatório para receber o recurso. (Presidente UEx)

Assim, O FNDE na Resolução nº 15 de 16 de setembro de 2021 estabelece no seu Art. 7º que:

“As escolas públicas de educação básica com mais de 50 (cinquenta) estudantes matriculados na educação básica, para serem beneficiados com recursos do PDDE e Ações Integradas, deverão, obrigatoriamente, constituir suas respectivas UEx”

A Unidade Executora Própria da EMEF Antônio Santos Coelho Neto é composta por 17 (dezessete) membros e está dividida em três estâncias, sendo elas: a diretoria, o conselho deliberativo e o conselho fiscal, e com representantes de cada segmento, dos professores, dos

funcionários, da gestão, dos pais de alunos, das especialistas, dos alunos e da comunidade, conforme resposta do participe da pesquisa que afirma:

R- Tem 17 membros. A UEx é dividida em três estâncias: a diretoria, o conselho deliberativo e o conselho fiscal, com representantes de cada segmento, de professores, funcionários, gestão, pais de alunos, especialistas, alunos e comunidade. (Presidente da UEx)

Já em relação a composição dos membros da UEx da escola pesquisada, em referência a questão norteadora nº 4: **“Esses Membros são representantes de alguma categoria ou não?”** percebe-se que a composição do conselho é composta por representantes de diversos segmentos que compõe a comunidade escolar, identificamos isso na fala da participe que afirma:

R- Tem representante dos professores, tem representante dos alunos do 5º ano ao 9º ano, tem representante da comunidade, tem dos pais, e das especialistas. [...] Os membros da UEx foram escolhidos através de eleição de cédula mesmo, onde os mais votados de cada segmento compuseram a formação da UEx. (Secretária da UEx).

A Diretoria da UEx é o órgão executivo e coordenador da unidade executora dentro da escola, e na sua atual formação é composta por um presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, cargos estes não remunerados. A diretoria da Unidade Executora da escola é composta por um representante da gestão, um professor, uma supervisora escolar e uma orientadora escolar.

O Conselho deliberativo da escola é composta pelo presidente, por um representante dos professores, dos gestores, das especialistas, dos funcionários, dos alunos e um representante da comunidade, e sua finalidade é de provar o plano de ação e de execução dos recursos destinados a escola. E tem a estância do Conselho Fiscal que é responsável pelo controle e fiscalização dos recursos que chegam a escola, que tem representantes dos professores, dos pais e dos funcionários. O mandato da UEx da EMEF Antônio Santos Coelho Neto começou agora em 17/04/2023 e todos foram escolhidos por meio de eleição.

A partir da questão norteadora nº 5: **Como se realizam as reuniões da UEx?** Onde se procurou analisar como se dá a relação dos membros da UEx, a participação destes no conselho escolar e autonomia dos membros na gestão do PDDE na escola. Foi identificado que já aconteceu uma reunião com os membros da UEx para tratar de vários pontos, conforme o relato abaixo:

R- A reunião da UEX teve alguns pontos de pauta: o 1º foi a apresentação dos membros, quem eram os membros e para que eles se conhecerem; o 2º momento foi

uma breve introdução do que é uma UEx de forma mais aprofundada através de slides e o 3º momento seria a apreciação e aprovação do plano de execução, fez alguns ajustes para encaminhar para a Secretaria de Educação (Presidente da UEx)”

Buscou-se analisar também como se dá a autonomia dos membros da UEx em relação a gestão dos recursos do PDDE na instituição. De acordo com o relato da participante, ela esclarece que:

R- “A escola já recebeu um valor e o presidente da UEx fez uma mobilização para que cada segmento dissesse assim cinco problemas e soluções considerando aquisições de materiais de custeio e capital e as prioridades” (secretária da UEx)

A partir da análise das respostas dos partícipes apresentadas acima concluímos que a gestão do PDDE fomenta entre os membros da UEx atitudes positivas para construção de uma gestão democrática e autônoma na escola, pois os membros participaram da apreciação e aprovação do plano de execução do programa e de certa forma possuem autonomia própria para escolher e poder de decisão mediante as prioridades de cada segmento no aspecto do destino das verbas do PDDE na escola.

A partir da questão nº 7: **“Quem toma as decisões nessas reuniões de UEx?”** procuramos analisar como os membros da UEx aplicam os recursos do PDDE e como fazem a prestação de contas à comunidade escolar. Desse modo, sobre a aplicação dos recursos na escola, os partícipes da pesquisa afirmam que:

R- *“A escola tem certa autonomia dentro das muitas limitações, algumas capacidades de escolhas como escolher materiais de melhor qualidade nesse aspecto para benefício do aluno, porém o recurso é muito ínfimo diante dos problemas e das demandas que a escola tem.”* (Presidente da UEx)

R- *“Na UEx como ela é composta pelos segmentos, o cerne do conselho é uma decisão coletiva e é tanto que a reunião é para isso, as decisões são colocadas para votação, então é o coletivo que toma a decisão, esse é o sentido do conselho da UEx”* (secretária da UEx)

Considerando os dados da pesquisa acerca de como se configura a aplicação dos recursos do PDDE na escola, nota-se que a decisão sobre a aplicação dos recursos é tomada de forma coletiva entre todos os membros da UEx e corroborando com a ideia de aplicar o dinheiro na aquisição de materiais de melhor qualidade que beneficie diretamente o aluno e de certa forma a escola, concluímos que é uma escolha bastante positiva e acertada dos membros da UEx, apesar das limitações existentes na escola e do pouco recurso que é destinado a escola.

A pesquisa procurou analisar também como se dá a prestação de contas pelos membros da UEx à comunidade escolar. Dessa maneira, a partícipe da pesquisa, esclarece que:

“A princípio a discussão geral o que tem de mais importante é a organização, [...] por que tudo tem que ser novo a partir dessa nova configuração da UEx. Diz que esse novo grupo o que mais desejam é dar uma maior atenção as prestações de contas e maior visibilidade a comunidade, é uma meta nossa.” (Secretária da UEx)

Portanto em relação a prestações de contas pelos membros da UEx à comunidade, e embora a nova configuração dos membros seja recente, identificou-se que a meta dessa nova equipe é dá uma maior atenção e visibilidade as prestações de contas à comunidade escolar, isso permiti que a gestão dos recursos pela Unidade Executora se dê com mais clareza e transparência entre toda a comunidade escolar.

Considerando as análises e discussões feitas a partir dos resultados dos dados da pesquisa conclui-se que a gestão do PDDE contribuiu para construção da gestão democrática na EMEF Antônio Santos Coelho Neto.

4.3 Contribuições do PDDE para Construção da Gestão Democrática na Escola

O Programa Dinheiro Direto na Escola é um programa do Governo Federal que de certa forma contribui para a democratização da gestão escolar, pois as decisões acerca da destinação dos recursos do PDDE devem ser realizadas por meio da participação de um conselho escolar, chamada na escola de Unidade Executora (UEx), composta por diversos representantes da comunidade escolar, como professores, alunos, funcionários e outros.

Os recursos recebidos pelo Programa para gerir à escola destinam-se à aquisição de materiais de consumo e desenvolvimento de atividades pedagógicas, chamado de recursos de custeio e tem os recursos de capital que é a aquisição de material permanente, ambos devem ser empregados em ações que beneficiam diretamente os alunos e a escola atendida pelo programa.

Nesse sentido, na EMEF Antônio Santos Coelho Neto é fundamental a participação dos conselheiros na elaboração, aprovação e execução do plano de aplicação dos recursos do PDDE, pois esse processo torna-se prática educativa, e promove a gestão democrática, mediante a participação da comunidade escolar na tomada de decisões e na construção de políticas e estratégias para a melhoria da aprendizagem escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Dinheiro Direto na Escola é um dos programas do Governo Federal, cujo objetivo é contribuir para a democratização da gestão escolar, pois as decisões acerca da destinação dos recursos do PDDE devem ser realizadas por meio da participação de um conselho escolar, numa perspectiva de gestão democrática e participativa.

A democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e a vivência da gestão colegiada, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola num processo educativo. É o que tem se visto na gestão do PDDE na Escola Municipal Antônio Santos Coelho Neto.

A tecnologia tem permitido melhor manuseio e monitoramento, seja na adesão, execução ou prestação de contas dos recursos e transparência no repasse de recursos.

No discurso dos sujeitos da pesquisa parece faltar às escolas mais capacitação para os membros da UEx, considerando inclusive as condições de não permanência de seus membros neste Conselho.

Por outro lado, O CECAMPE Nordeste tem trabalhado o fortalecimento do PDDE como estratégia para a gestão democrática e a qualidade da educação. Nos mais diversos cursos disponibilizados por uma equipe da Universidade Federal da Paraíba, nos anos de 2021 e 2022, sobre a adesão, execução e prestação de contas, integram-se pesquisa e extensão. O Projeto envolve o Centro de Educação, o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, em caráter multidisciplinar de modo que as UEx das escolas da Região Nordeste vêm recebendo capacitação presencial e *online*, o que segundo estudos desse grupo tem contribuído para melhoria do desenvolvimento do Programa.

A formação dos membros de UEx tem de ser contínua, não podemos depender de projetos, ainda que o CECAMPE Nordeste se prolongue por mais alguns anos. No entanto, cabe às escolas em geral, sobretudo, às Secretarias de Educação buscarem articulação com o Ministério da Educação e entidades parceiras para que a formação nunca falte. Assim, constrói-se políticas públicas em caráter permanente.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. *Educação rural e educação do campo*. In: CALDART, Roseli Salete (Org.). *Por uma educação do campo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 25-38. 2004

BORDIGNON, G. *Gestão da educação: o município e a escola*. *Blog Genuíno Bordignon*. 2004. Disponível: <https://genuinobordignon.wordpress.com/2013/06/11/gestao-da-educacao-o-municipio-e-a-escola/>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988

BRASIL. Decreto nº 3.887, de 25 de agosto de 2001. Regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, instituído pelo Decreto nº 1.362, de 05 de dezembro de 1994. Brasília: Presidência da República, 2001

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Regulamenta o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. Brasília: Presidência da República, 2010

BRASIL. *Guia de Adesão e Atualização Cadastral do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE*. Guias e Capacitações. Ministério da educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/guias-e-capacitacoes>

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: Presidência da República, 2009

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. Ministério da Educação. 2001. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172

BRASIL. *Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Brasília. 2014

BRASIL. *Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO: Documento Base*. Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SECADI, 2013

BRASIL. Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF: CNE, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-15-de-16-de-setembro-de-2021-345482849>

CALDART, R. S. *Educação do campo: notas introdutórias*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2000

CALDART, R. S. *Por uma educação do campo: campo, Políticas Públicas e organização da escola*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004

CALDART, R. S. *Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção*. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 17, n. 31, p. 33-52, jan./jun. 2008

CALDART, R. S. *Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual*. Mimeo. 2015

CARVALHO, C. A. R. **O PDDE e a gestão escolar: um estudo sobre a implementação do programa em escolas públicas de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado em Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2013

CELLARD, A. *A Análise Documental*. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 295-316. 2008

FERNANDES, B. M. *Educação do campo: desafios e perspectivas*. Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 76, p. 61-72, abr./jun. 2008

FONSECA, D. F. **Uma reflexão sobre a gestão democrática nas escolas públicas** /Delma Francisco da Fonseca. – 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação) – Universidade de Brasília - UnB, Curso de Especialização (Lato Sensu) em Gestão Pública Orientação: Profa. Dra. Eline dos Anjos. Municipal, Brasília, 31 p. 2019a. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25973/1/2019_DelmaFranciscoDaFonseca_tcc.pdf

FONSECA, D. F. *Uma reflexão sobre a gestão democrática nas escolas públicas* /Delma Francisco da Fonseca. *Anais do 2 Encontro internacional História e Parcerias* ISBN: 978-85-65957-15-1. p. 23. 2019b. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1568073184_ARQUIVO_2b09fa107025da0ca8f64d73dfbd7d8f.pdf

FREIRE, P. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. Olho D'água. 6. ed., 84 p. 1995

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra . 213 p. ISBN 8521900058. 2005

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085/1114, out./dez. 2014

GADOTTI, M. Educação do campo e a construção de uma escola sustentável. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n.34, p. 17-26, set. 2009

HADDAD, S. Educação do Campo no Brasil: políticas, práticas de formação e experiências de ensino. **Expressão Popular**, 2012

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira /MEC. *Panorama da educação no campo*. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 44p. 2007. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/panorama_da_educacao_do_campo.pdf

LIMA, A. L. A. **Gestão escolar e PDDE: um estudo sobre a participação da comunidade escolar na gestão dos recursos públicos**. Dissertação de mestrado em Educação. Recife: UFPE, 2011

MINAYO, M. C. de S (org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MINAYO, M. C. de S. *Ciência e cientificidade*. In: Pesquisa Social: teoria, método e criticidade / Suely Ferreira et al. (organizadoras). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

OLIVEIRA, J. F. de.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. MEC. Curso de Especialização em Gestão Escolar. **Políticas e Gestão na Educação. Escola de Gestores**. 2007. Disponível: escoladigestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/unidade2.htm

PAIVA, A.; RIBEIRO, J. A. S. O PDDE e a gestão democrática na educação brasileira. In: *Anais do IV Congresso Nacional de Educação*. Natal: EDUFRRN, 2008. p. 1-12.

PELETTI, J. A.; ZANARDINI, J. B. Gestão Democrática e participativa: considerações preliminares. **Cadernos PDE**. Versão On-line. ISBN 978-85-8015-075-9. 2013 Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUK EwikucbD7PPiAhVnGbKGHfpbCroQFjAAegQIABAC&url=http%3A%2F%2Fwww.diaadiaeducacao.pr.gov.br%2Fportals%2Fcadernosdpde%2Fpdebusca%2Fproducoes_pde%2F2013%2F2013_unioeste_gestao_pdp_jose_armando_peletti.pdf&usq=AOvVaw1S3aRUltsS07DR0AkHRYht

RIBEIRO, M. de P. *Gestão escolar pública: refém do Ideb?* Dialogia, São Paulo, n. 24, p. 99-112, jul./dez. 2016

SILVA, G. da; SILVA, A.V. da; SANTOS, I. M. dos. O IDEB e as políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências, **Revista Exitus**, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. vol. 9, núm. 1, pp. 258-285, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n1ID723>

SILVA, R. M. Processo histórico e político da gestão democrática Escolar no Brasil. **Revista de Educação, Ciências e Matemática** v.6 n.2. ISSN 2238-2380. 2016. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/download/3035/2141>

APÊNDICE A – Questões norteadoras

Nome:

Idade:

Função:

1. A Escola recebe recursos do PDDE?
2. Existe na Escola uma UEx?
3. Quantos Membros tem a UEx na Escola?
4. Esses Membros são representantes de alguma categoria ou não? Como eles foram escolhidos e a Quanto tempo eles estão no Mandato?
5. Como se realizam as reuniões da UEx?
6. O que se discute nas reuniões da UEx?
7. Quem toma as decisões nessas reuniões de UEx?
8. Na sua opinião o Programa Dinheiro Direto na Escola possibilita a autonomia administrativa e financeira da Escola?

ANEXO – Folha de aprovação

LÚCIO DE ALCANTARA MENEZES

O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS DO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia com Área de aprofundamento em Educação do Campo.

RESULTADO: Aprovado NOTA: 10,0

João Pessoa, 19 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA ALEXANDRE DE LIMA
Data: 04/07/2023 16:25:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Francisca Alexandre de Lima

UFPB (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 ALINE BARBOZA DE LIMA
Data: 04/07/2023 16:53:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Aline Barboza de Lima-

UFPB (Examinadora convidada)

Documento assinado digitalmente
 ANA PAULA ROMÃO DE SOUZA FERREIRA
Data: 05/07/2023 12:20:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

UFPB (Examinadora convidada)